

Revolução Russa e Contrarrevolução Bolchevique

Leonel Luiz dos Santos

A revolução russa de 1917 é um dos acontecimentos mais importantes do século 20. A historiografia dominante se divide basicamente em duas versões do acontecimento. A primeira é a da perspectiva burguesa, que visa relatar o episódio ligado geralmente à barbárie, totalitarismo, “ditadura bolchevista”, etc. A segunda, da perspectiva da burocracia bolchevique, bastante propagandeada devido à própria potência que iria se tornar a URSS, chamou o evento de “gloriosa revolução”, “vitória comunista”. Entretanto, existe uma terceira perspectiva que é marginalizada, ocultada e deformada. Trata-se da perspectiva proletária. Neste artigo será analisada a revolução sob a perspectiva proletária e partir disso o papel do partido bolchevique como agente da contrarrevolução.

REVOLUÇÃO PROLETÁRIA E MARXISMO

Para realizar a análise do processo da revolução, partiremos método dialético, desenvolvido por Karl Marx e continuado por teóricos revolucionários como Anton Pannekoek, Karl Korsch, Paul Mattick, Rosa Luxemburgo, Nildo Viana, etc. Somente através deste método será possível tanto compreender o curso da revolução (sem cair em equívocos metodológicos, tais como personalizar os acontecimentos) como buscar a perspectiva do proletariado, que é a tarefa que nos propomos. Partiremos, como Marx, do fundamento principal da sociedade, que é a existência de seres humanos vivos e concretos, estabelecendo relações de produção entre si e com a natureza, estas relações caracterizam o modo de produção:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas, um definido modo de vida deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com que modo produzem (MARX E ENGELS, 1989, p.13).

O modo de produção que coloca como possibilidade a revolução proletária é o capitalismo. Nele, as relações de produção são caracterizadas pela existência de duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado. A primeira, detentora dos meios de produção, vive às custas da extração de mais-valor da segunda, que vende sua força de trabalho. O salariato é uma forma de exploração que nem sempre é visível à primeira vista. Os trabalhadores assalariados vendem sua força de trabalho, sua única “propriedade”, aos capitalistas, proprietários dos meios de produção, em troca de um salário. Os capitalistas utilizam a força de trabalho por determinado período de tempo e pagam um salário em troca. No entanto, a produção dos proletários é maior do que o que receberam como salário e do que o que foi gasto com a compra dos meios de produção (matérias-primas, máquinas, instalações, etc.) (VIANA, 2008). Esta teoria do modo de produção capitalista, caracterizado pela produção de mais-valor, forma de relação entre burguesia e proletariado, que gera a existência do salário, etc. é melhor desenvolvida em *O Capital*:

Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que se encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social. O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho. (MARX, 1985, p.141)

Porém, estas relações de exploração e dominação se dão através de uma incessante luta entre estas classes. A luta pode assumir a resistência espontânea contra a alienação, tais como o absenteísmo, quebra de máquinas, reivindicações, etc. Em seu estágio mais avançado, surgem formas mais amplas e desenvolvidas de luta operária (greves gerais, piquetes, ocupação de fábrica, paralisação de vias, etc.). Estas lutas revelam os interesses antagônicos das duas classes que, em determinados períodos históricos, tornam essa guerra civil oculta e constante em uma guerra civil aberta e declarada entre elas. É então que se instaura um período de revolução social e os fundamentos do capitalismo são abalados. O marxismo, enquanto teoria, nada mais é do

que a expressão teórica desse movimento real da classe proletária (KORSCH, 1977).

Assim, partindo deste movimento real, os comunistas:

não formam nenhum partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não têm interesses diferentes dos interesses do proletariado em geral. Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendem moldar o movimento operário. Os comunistas se distinguem dos outros partidos operários somente em dois pontos: 1) Nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade; 2) Nas diferentes fases de desenvolvimento por que passam a luta entre os proletários e a burgueses, representam, sempre e em toda a parte, os interesses do movimento em seu conjunto (MARX e ENGELS, 2010, p. 51).

Marx defenderá, analisando as experiências concretas de sua época, que além de a “emancipação dos trabalhadores ser obra dos próprios trabalhadores” (MARX, 2010) esta emancipação ocorrerá com a consolidação do que ele nomeou, pela experiência da Comuna de Paris, de “autogoverno dos produtores” (MARX, 1986). Ao descrever a organização comunal com suas assembleias e delegados responsáveis e revogáveis a qualquer momento, afirma que esta foi “a forma política enfim descoberta sob a qual pode se realizar a libertação econômica do trabalho” (MARX, 1986). Neste sentido, temos na obra Guerra Civil em França a expressão da perspectiva proletária, através da análise que Marx fez sobre a Comuna:

A comuna de Paris, é claro, devia servir como modelo para todos os grandes centros industriais da França. uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao autogoverno dos produtores. no singelo esboço de organização nacional que a comuna não teve tempo de desenvolver, consta claramente que a comuna deveria ser a forma política até mesmo das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente deveria ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extremamente curto. Às comunidades rurais de cada distrito caberia administrar seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados com assento na cidade central do distrito, e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, sendo cada um desses delegados substituível a qualquer momento e vinculado por *mandat impératif* (instruções formais) de seus eleitores. As poucas, porém importantes funções que ainda restariam para um governo central não seriam suprimidas, como se divulgou caluniosamente, mas desempenhadas por agentes comunais e, portanto, responsáveis. a unidade da nação não seria quebrada, mas, ao contrário, organizada por meio de uma constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder estatal, que reivindicava ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, da qual ele não passava de uma excrescência parasitária. Ao passo que os órgãos meramente repressivos do velho poder

estatal deveriam ser amputados, suas funções legítimas seriam arrancadas a uma autoridade que usurpava à sociedade uma posição preeminente e restituídas aos agentes responsáveis dessa sociedade. em lugar de escolher uma vez a cada três ou seis anos quais os membros da classe dominante que irão atraí-loar [misrepresent] o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve ao empregador na escolha de operários e administradores para seu negócio. E é um fato bem conhecido que empresas, como se fossem indivíduos, em se tratando de negócios reais geralmente sabem colocar o homem certo no lugar certo, e se nessa escolha alguma vez cometem um erro, sabem repará-lo com presteza. Por outro lado, nada podia ser mais estranho ao espírito da comuna do que substituir o sufrágio universal por uma investidura hierárquica. (MARX, 2011, p. 57-58)

Neste texto, de vital importância para o marxismo, ficam expostas as características fundamentais da experiência da Comuna que inaugura a autogestão social como possibilidade histórica: a) delegados elegíveis, responsáveis, demissíveis e substituíveis,; b) Substituição do exército pelo “povo em armas”; c) Abolição do estado (exército permanente, polícia, burocracia e magistratura e o clero). Toda essa nova organização social, criada no bojo da luta, expressou concretamente o projeto político de emancipação radical do proletariado. Portanto, o processo de ruptura entre a sociedade capitalista e o surgimento da sociedade comunista é um simultâneo movimento dialético entre destruição da velha sociedade burguesa e seu estado e construção da nova sociedade comunista, através da autogestão social.

Assim caracterizamos como uma revolução proletária o acontecimento histórico em que a classe operária, avançando na sua luta por seus interesses históricos emancipatórios, destrói as relações de produção capitalistas, fundamentadas no processo extração de mais-valor. Tal processo destrói o estado burguês e constitui a autogestão social generalizada. Até hoje, todas as revoluções deste tipo foram parciais, contando com maior grau de avanço em determinadas questões, bem como um menor avanço em outras. Da mesma forma, houve determinações históricas e sociais diversas relativas ao tempo de duração, extensão territorial, etc.

Porém, o fundamental, para a perspectiva marxista, é que classe proletária na sua luta contra a burguesia se movimenta para autogestão social. É claro que estes são princípios gerais, que são expressos historicamente de modo particular em cada caso concreto. Além da Comuna de Paris, estas organizações aparecerão novamente na

primeira metade do século 20. Na revolução alemã de 1919 e na revolução espanhola de 1936. Além desses casos, a autogestão como meio revolucionário aparecerá também na revolução Russa, como veremos a seguir.

A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1905

Podemos agora, após definido nossas premissas metodológicas, passar a análise concreta da experiência russa. A revolução de 1905 é considerada o “ensaio geral”, por isso nos deteremos um pouco nela. O evento foi o resultado do desenvolvimento de um longo processo da luta de classes na Rússia, que passou por diversas fases até culminar com as greves de massa de 1905:

A primeira fase (anos 1890) é a época das lutas espontâneas, que vai, no contexto russo, se radicalizando, até o ponto de se fundir com o movimento estudantil, cuja orientação principal era a luta contra o absolutismo. (...) As lutas espontâneas começaram com reivindicações imediatas e materiais e, logo, geraram a relação conflituosa com o regime czarista, já que a incapacidade deste em responder às demandas do proletariado fez com que o confronto se colocasse em evidência, envolvendo uma parcela mais ampla da população (estudantes, camponeses) (VIANA, 2010, p.47-48).

Depois deste período, abre-se um novo ciclo de lutas na Rússia. Ocorrerão greves insurrecionais em 1903, no sul do país, que vivia uma crise industrial com alto grau de desemprego. Nesta segunda fase da luta, serão recorrentes desordens de camponeses em maior ou menor grau (TROTSKY, 1989). A greve de Rostov em novembro de 1902 também irá prefigurar as futuras ações do proletariado. Os conflitos então persistem: situação precária de vida, as más condições de trabalho, os baixos salários, a opressão camponesa (VIANA, 2010). É neste ambiente de lutas, e pressionado pelo regime czarista que o proletariado é constringido a criar novas formas de organização para sua luta, já que até a sublevação de fevereiro de 1917 os sindicatos atuavam de forma ilegal e eram perseguidos, o que dificultava a participação dos operários (BRINTON, 1975).

Depois, as derrotas na guerra da Rússia contra o Japão somado ao autoritário regime Czarista formaram um contexto de penúria que agiam como mais fatores determinantes para a explosão proletária de 1905:

Os salários, inclusive dos operários qualificados, baixavam constantemente, enquanto que os preços dos artigos básicos para a alimentação subiam, e, assim, de outubro de 1903 a 1904, os salários reais desceram entre 20 e 25%.

As condições das habitações eram atrozes, ampliava o desemprego e, sobretudo, os operários não tinham a quem dirigir suas queixas. Os patrões podiam tratar-lhes como quisesse e, em geral, contavam com o apoio das autoridades e da polícia (FLOYD, apud VIANA, 2010, p. 49-51).

Em 9 de janeiro de 1905, milhares de operários e suas famílias marcham ao palácio de inverno liderados pelo padre Gapon, com reivindicações ao Czar. São brutalmente reprimidos com metralhadoras, resultando em milhares de mortos. É neste contexto que irá surgir a terceira fase das lutas operárias, a luta revolucionária. Em 10 de janeiro de 1905 realiza-se uma greve geral, e em São Petersburgo, entre janeiro e fevereiro, cria-se o primeiro soviete de delegados operários:

Este soviete era resultado de um movimento unificado de auxílio mútuo entre os trabalhadores, criado para enfrentar o período de transição da greve geral. Como se manter unidos sem se sentirem obrigados a pertencer a qualquer um dos partidos existentes? A solução foi a criação do soviete, que asseguraria uma ação social contínua e permanente. Reunia-se periodicamente, editando um jornal de informações sindicais. Criaram-se sovietes em todas as partes do país (TRAGTENBERG, 1988 p. 82).

A formação dos sovietes ocorre, portanto, como resultado da luta operária e das formas de organização de base, que são o seu embrião na luta direta da classe contra o czarismo e a burguesia nas cidades. Na Rússia, as organizações foram os comitês de greve, uniões de ajuda mútua, comissões internas e as comissões operárias. Este processo não se deu de forma unilinear, possuiu avanços e recuos, assim como estes conselhos conviveram com formas de luta mais avançadas e menos avançadas (VIANA, 2010). A complexidade do fenômeno residia no fato destas organizações caracterizarem o embrião da construção de uma nova sociedade, radicalmente diferente da atual. Na efervescência revolucionária criada pelas greves de massa, quebra-se a normalidade capitalista, o cotidiano alienante, e as classes exploradas e oprimidas põem-se como sujeitos de um momento histórico novo. Conforme explica Rosa Luxemburgo, em seu texto sobre a greve de massas:

A greve de massas, tal como nos é apresentada pela revolução russa, é um fenômeno tão móvel que reflete em si todas as fases da luta política e econômica, todos os estágios e todos os momentos da revolução. O seu campo de aplicação, a sua força de ação, os fatores do seu desencadeamento transformam-se continuamente. Ela abre repentinamente novas perspectivas à revolução no momento em que esta parecia atravessar um impasse e falha no momento em que se pensa poder contar seguramente com ela. Ora a vaga do movimento invade todo o Império, ora se divide em uma rede gigantesca de

pequenas correntes; ora brota do solo como uma fonte viva, ora se perde na terra. Greves econômicas e políticas, greves de massa, e greves parciais, greves de protesto ou de combate, greves gerais abrangendo setores particulares, ou cidades inteiras, lutas reivindicativas pacíficas ou batalhas de rua, combates de barricadas – todas essas formas de luta se cruzam ou se tocam, se interpenetram ou desaguam umas nas outras: é um mar de fenômenos eternamente novos e flutuantes. (...) Em resumo: a greve de massas, como nos mostra a revolução russa, não é um meio engenhoso inventado para reforçar o efeito da luta proletária, mas é o próprio movimento da massa proletária, a forma de manifestação da luta proletária na revolução (LUXEMBURGO, 2009, p. 54).

Assim, em outubro a Rússia era palco de uma greve geral nacional organizada por soviets, uniões operárias e comitês de fábrica (TRAGTENBERG, 1988). Em janeiro de 1905 tinha-se aproximadamente 440 000 mil operários em greve, agora o número chegava ao meio milhão, apenas contando os operários industriais. A greve geral dos ferroviários parou o tráfego ferroviário em toda a Rússia e paralisou seriamente as forças do governo. As portas das universidades abriram-se e das salas de conferências, exclusivamente destinadas, em tempo de paz, à reprodução da ideologia burguesa e do czarismo, passaram a servir então de salas de reuniões para milhares e milhares de operários, de artesãos e empregados, que aí discutiam aberta e livremente questões políticas. Algumas cidades da Rússia tornaram-se então minúsculas “repúblicas” locais onde a autoridade do governo foi varrida e onde os Sovietes de deputados operários funcionavam realmente como uma nova forma sociedade em construção (LÊNIN, 1974).

A burguesia e o estado czarista conviveram paralelamente com estas organizações proletárias, que constituíam a autogestão das lutas contra a repressão do estado e a exploração capitalista. Esta dualidade política esboçava a possibilidade histórica da luta avançar para a autogestão das fábricas e posteriormente então expandir e generalizar a autogestão para o conjunto da sociedade. Porém, as próprias limitações da classe em avançar em conjunto na busca de seus interesses emancipatórios, somados a uma manobra do czarismo em criar a Duma (Parlamento) para amortecer e controlar os conflitos da época faz com que a revolução parcial em curso não avance. Finalmente, a revolução é esmagada em dezembro quando uma insurreição armada dos soviets de Moscou foi destruída pelo exército (TRAGTENBERG, 1988).

A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

Marx disse que a toupeira da revolução cava fundo, dando sinais “que desorientam a classe média, a aristocracia e os pobres profetas da regressão” (MARX, 1982), porém este solapador emerge quando menos se espera, e na Rússia tivemos novamente sua aparição em fevereiro de 1917. Recém-terminada sua guerra contra o Japão, o país entra na I Guerra Mundial. Isto gera uma crise de abastecimentos alimentar. Em fevereiro iniciam-se greves e motins contra a fome em Petrogrado, soldados enviados para reprimir confraternizam com os manifestantes. Ressurgem então, novamente, sovietes em várias cidades. O Czar abdica e há a formação do governo provisório. Novamente inicia-se um processo de dualidade política entre o capital e o estado contra as classes exploradas (TRAGTENBERG, 1988).

Em Março há formação de comitês de fábrica, de oficina e conselhos operários em todos os grandes centros industriais da Rússia. As reivindicações não se limitam apenas em termos salariais e de jornada. Muitas delas colocam em cheque as prerrogativas dos patrões dentro das fábricas. A jornada de 8 horas por dia foi rapidamente imposta pelos operários em Petrogrado, ora com consentimento relutante dos patrões, ora unilateralmente. Apesar dessa capitulação, a influência dos comitês dentro das fábricas ainda sofre resistência por parte dos patrões e do estado (BRINTON, 1975). O quadro era de efervescência revolucionária:

Na província, o antigo poder governamental desapareceu de uma só vez. Sem esperar por orientação, o povo instalou imediatamente novas autoridades. Dentro de poucos dias não houve cidade, de Minsk a Vladivostok, que não se atribuisse sua administração revolucionária, Soviet ou Comitê: no dia 17 de março de 1917 quarenta e nove cidades já haviam organizado seu Soviet; a 22 de março havia setenta e sete Sovietes de cidades, aos quais devem ser acrescentados os Sovietes de camponeses ou de soldados, os comitês revolucionários de toda espécie (FERRO, 1974).

Em abril durante a Conferência Preparatória dos Comitês de Fábrica das Indústrias de Petrogrado, convocada por iniciativa dos operários do Departamento de Artilharia, é feita uma proclamação, que na altura foi o “termo de referência” mais radical para os comitês. Os parágrafos 5 e 7 estipulavam que as instruções referentes a organização interna da fábrica deveriam emanar dos comitês, o conjunto do pessoal técnico deveria se reportar aos trabalhadores suas decisões em assembleias de toda a

fábrica, além disso, todos os documentos oficiais referentes à administração da produção deveriam passar pelo comitê de fábrica (BRINTON, 1975).

É neste contexto, voltando do exílio, que Lênin irá redigir as teses de abril. Ao mesmo tempo em que há uma rearticulação do partido bolchevique, tendo o retorno de vários dirigentes que estavam no exílio, incluindo Stálin. Em julho Trotsky adere à organização. Com essa adesão há uma fusão das concepções de Lênin e Trotsky. Lênin aceita a tese de revolução permanente de Trotsky (alguns “velhos bolcheviques” chegaram a acusar Lenin de se tornar “trotskista” em abril de 1917...) e este por sua vez aceita a organização leninista de partido, e sua estrutura hierárquica, centralista e composta por “revolucionários profissionais” (LÖWY, 1999). Começa então uma grande articulação do partido dentro da cena política, que até então tinha inexpressão dentro do movimento dos soviets e dos comitês (MAIA, 2015).

Cabe ressaltar que Lênin e o partido bolchevique não vão defender a gestão operária da produção, ou o que Marx chamou de autogoverno dos produtores (MARX, 1986). O que ocorre, a partir do avanço da luta de classes, é que Lênin revê suas concepções anteriores, e parte em defesa do controle operário que já estava em andamento em várias fábricas, porém, desde sempre já sua defesa é que este controle ocorra limitado a um âmbito de “participação incondicional dos operários no controle dos negócios dos trusts”. Não se tratava, portanto, de gerir a produção de forma direta e autônoma, porém, participar do controle. Para ele isto não significava a “introdução do socialismo”, mas tão apenas o “prelúdio para a nacionalização”. Não se tratava de mero “jogo de palavras”. Essa “participação” defendida por Lênin implicava, conforme seu discurso na Primeira Conferência Plenária dos Comitês de fábrica de Petrogrado em maio, que os comitês de fábrica deveriam “prestar contas de suas ações às organizações operárias mais importantes” (BRINTON, 1975). Veremos mais adiante que “organizações mais importantes” serão estas.

Em Kharkov, no dia 29 de maio ocorre uma conferência dos comitês de fábrica. Em vários aspectos, estavam mais avançados que Petrogrado e Moscou. Defendiam já que os comitês se tornassem “órgãos da Revolução, tendo como fim a consolidação de suas vitórias”. Além da proclamação de que o controle das fábricas

fosse feito pelo comitê, alguns delegados não bolcheviques propõem que os trabalhadores tomem diretamente as fábricas e exercessem todas as funções de gerência. Na conferência de Petrogrado, que ocorreu entre 30 de maio a 5 de junho os delegados bolcheviques já são maioria. Nemstov propõe a retirada dos capatazes e a adoção do princípio eletivo. Outro delegado, Naumov, já situa o papel da classe como agente da revolução, reivindicava que “pelo fato de nós mesmos controlarmos a produção, aprenderemos os seus aspectos práticos e elevaremos ao nível da futura produção socialista”. Neste momento o processo revolucionário dava passos largos, colocando como possibilidade, cada vez mais, a autogestão da produção pelos próprios trabalhadores. Essa dinâmica fica evidente quando, nas semanas seguintes a este congresso, assistiu-se um fortalecimento considerável dos comitês de fábrica, que assumiam ousadamente a chefia das fábricas e praticavam o seu controle direto em alguns casos (BRINTON, 1975).

Na conferência sindical que ocorreu de 20 a 28 de junho o delegado bolchevique Glebov-Avilov defende que os comitês de fábrica teriam “funções de controle” mas sob a ordens do sindicato. Interessante notar que a defesa ora do sindicatos, ora dos comitês feita pelos bolcheviques variava conforme seu grau de influência nestes. Os sindicatos até fevereiro de 1917 eram ilegais e perseguidos, e sempre foram usados pelos partidos com o fim de recrutar quadros e como massa de manobra, isso explica a facilidade com que os bolcheviques posteriormente conseguirão aparelhar este órgão. Nesta conferência cria-se o Conselho Central Pan-Russo dos sindicatos, sendo composto conforme influência numérica das variadas tendências políticas. Em agosto há a publicação do jornal anarquista “Golos Truda” que apela para o avanço da revolução proletária, para a tomada das fábricas e pela gestão operária. Durante este período há um grande número de greves (operários têxteis e dos cortumes em Moscou, operários mecânicos em Petrogrado, operários do petróleo em Baku, mineiros no baixo Don). As reivindicações, além da melhora de condições de trabalho exigiam o reconhecimento do poder de influência dos comitês no interior da fábrica (BRINTON, 1975).

Em setembro o partido bolchevique conquista a maioria nos sovietes de Petrogrado (Trotsky é eleito presidente) e Moscou. Conforme avançam as lutas, o discurso do partido se alinha com a maioria das reivindicações populares: terra, fim da guerra, maior poder aos sovietes e comitês de fábrica. O governo provisório se torna cada vez mais fragilizado. Neste momento fica claro a ideia de Lênin que o bolchevique seria o “jacobino ligado às massas”. Neste período fica evidente, no panfleto de Lênin chamado “Conservarão os bolcheviques o poder de estado?” (LÊNIN, 1977) publicado no dia 1 de outubro, que uma vez que os bolcheviques conquistassem o poder, com ajuda dos explorados, começariam já a construir um “estado proletário”. Não tomando a aparência pela essência, como infelizmente alguns revolucionários fazem ao ouvir os jargões dos “grandes líderes”, veremos que este estado será controlado pela direção da burocracia partidária bolchevique que será transformada em burocracia estatal. Já aqui, antes da tomada de poder, Lênin assinala o lugar do controle operário no futuro “estado proletário”:

Quando dizemos: “controle operário”, colocando esta palavra de ordem sempre ao lado de ditadura do proletariado, imediatamente a seguir a ela, explicamos com isto de que Estado se trata. (...) Se é do proletariado, se se trata de um Estado proletário, isto é, da ditadura do proletariado, então o controle operário pode tornar-se numa contabilidade nacional, universal, onnipresente, muitíssimo preciso e consciencioso da produção e distribuição dos produtos (LÊNIN apud BRINTON, 1975, p. 60-61).

Ainda neste panfleto Lênin irá definir alguns traços da futura sociedade, o novo “aparelho socialista” dentro do qual será exercida esta contabilidade do controle operário. Escrevendo de forma sistemática e complexa ele fará a defesa da apropriação dos bancos eliminando os traços que “desfiguram de modo capitalista”, tornando ele muito “maior” e “mais democrático” (LÊNIN, 1977). O curso dos acontecimentos mostrará que “democracia” será essa.

Em outubro surge por toda a parte comitês de fábrica e sovietes. A revolução parece atingir seu auge. Neste momento há uma mudança da defesa bolchevique sobre os comitês de fábrica, expressas na Primeira Conferência Pan-Russa dos Comitês de Fábrica por Shimitd, futuro Comissário do Trabalho do governo de Lênin. Ele alega que os comitês apenas preencheram o vácuo deixado pelos sindicatos. Outro porta-voz bolchevique declara que “na prática, isto tem conduzido a resultados muito

indesejáveis”. No dia 25 de outubro, em plena ebulição revolucionária, há a derrubada do governo de Kerensky e é proclamado a formação do Conselho dos Comissários do Povo (BRINTON, 1975).

É a partir do dia 26 de outubro que o partido começa então a se movimentar estabelecendo seu regime e, progressivamente, dominando o proletariado, impondo leis e regras, como organismo exterior aos próprios produtores e suas organizações como os sovietes e comitês. Porém, o grande poder que exercia a classe até este momento, faz com que Lênin, no seu “Projeto de Decreto sobre o Controle operário” publicado pelo Pravda, reconheça o domínio do controle operário. Contudo, assinala agora, (nos pontos 5, 6 e 7) que estes serão subordinados aos sindicatos. Sindicatos estes que, como vimos antes, eram completamente dominados por frações do partido, sem que a classe tenha poder e domínio sobre ele (BRINTON, 1975).

A dominação do partido se desenvolverá como resultado da tensão da luta de classes, ora avançando no estabelecimento de seus interesses, ora tendo que ceder ainda ao domínio da classe proletária. Isto fica explícito quando, no dia 14 de novembro, será com dificuldades que Lênin irá ratificar este decreto no Comitê Central Executivo Pan-Russo dos Sovietes e no Conselho dos Comissários do Povo. Lozovski, sindicalista bolchevique, fez uma defesa aberta da subordinação e centralização dos comitês a órgãos superiores nesta reunião. Após duas semanas de acaloradas discussões e críticas da esquerda e da direita a resolução adota a criação de uma rede burocrática dos órgãos do novo estado e das organizações proletárias:

Permitia-se que os comitês de fábrica se mantivessem como órgãos de controle de cada empresa individual. Mas cada comitê era responsável perante um “Conselho Regional do Controle Operário”, subordinado por sua vez a um “Conselho pan-Russo de Controle operário”. A composição desses órgãos superiores era decidida pelo Partido (BRINTON, 1975, p.72. Grifo nosso).

Os sindicatos estavam maciçamente representados na camada média e superior desta nova pirâmide do “controle operário institucionalizado”. Apesar dessa burocratização, poucas semanas depois do levantamento de outubro, os comitês de fábrica tentaram formar a sua própria organização nacional, que lhes deveria assegurar, efetivamente, a autogestão social. Os bolcheviques apelaram para que os sindicatos

disciplinassem os comitês a responder apenas ao novo estado em construção. O partido tentou na época, inclusive, criar uma federação nacional dos comitês de fábrica sob seu controle. Mas em janeiro de 1918, Riazinov admitirá que este organismo reuniu-se apenas uma vez. Outras fontes alegam que nunca chegou sequer a reunir-se (BRINTON, 1975).

Em dezembro um decreto estabelece o Conselho Superior de Economia (Vasenka). Este órgão irá substituir o próprio o Conselho Pan-Russo de Controle Operário. Enquanto o conselho ainda possuía uma camada grande de sindicalistas, que eram mais próximos dos trabalhadores, no Vasenka haviam elementos nomeados diretamente pelo estado (via partido). Sendo que os ditos “esquerdistas” que faziam oposição interna foram logo substituídos por dirigentes mais moderados. O mesmo se passou nos sindicatos, composta por gerentes e administradores nomeados pelo topo, que viriam a formar gradualmente a base da nova burocracia. Em cada fase da constituição do novo estado e sua luta pela subordinação dos órgãos de base à ele, há sempre registros de resistência, mas a luta era vencida sempre pelo partido. E a cada derrota tornava-se cada vez mais difícil a gestão da produção pela classe operária, ou seja, fundamentalmente, a alteração das relações de produção. Os rumos tomados a partir de outubro distanciavam cada vez mais o processo revolucionário do seu objetivo histórico de criação do que Marx chamou de “autogoverno dos produtores”. Temos, portanto, a partir de outubro, um processo de contrarrevolução burocrática tendo como protagonista o Partido bolchevique, e tendo a sua frente o comitê central, e acima dele a figura de Lênin (BRINTON, 1975).

Em dezembro ainda haverá a publicação do “Manual prático para implantação do controle operário da indústria” pelo conselho central dos comitês de fábrica de Petrogrado, o qual foi distribuído nos subúrbios desta cidade. O manual incitava, explicitamente, a transformação do controle operário em gestão operária, com uma série de medidas concretas que a classe deveria tomar para isso. Além de propor novamente a criação de uma federação panrussa dos comitês. Como resposta o Izvestia (Jornal Oficial do Governo) publicará um contra-manual no dia 14 de dezembro, afirmando a necessidade de subordinação ao governo central.

No dia 20 de dezembro é publicado pelo jornal oficial dos sindicatos a subordinação orgânica destes ao partido. No mesmo número do jornal, um artigo do sindicalista bolchevique Lozovsky, protesta sobre a adoção desta medida, e mostra-se contrário a adoção da política bolchevique de violência contra as greves operárias e a as mediadas de prisões, envios para frente de batalha e privação da senha de pão. Ele advertia inclusive para as consequências desastrosas que isto poderia tomar, num país em que os trabalhadores ainda tinham as lembranças do czarismo (BRINTON, 1975).

Em janeiro de 1918 os comitês subordinam-se aos sindicatos, e estes passam a ser subordinados ao estado. Os comitês seriam então órgãos de controle da produção sob os mandos da nova burocracia emergente. Em Moscou, num congresso têxtil, um novo estatuto sindical declara que ao comitê caberá apenas a acatar ordens dos sindicatos, sendo passível de repressão caso se coloquem contra os “interesses do proletariado”. O partido começa a impor seu conceito de interesse da classe operária mesmo que vá contra o interesse da classe operária. Em março, o Vasenka emite um decreto estabelecendo um comissário e dos diretores (nomeados pelo estado) em cada centro administrativo. Além disso, apropria-se da estrutura czarista de administração unificada da indústria, criando assim o Glavki (comitê diretor) e em cada indústria colocando uma subsede. Neste mesmo mês são demitidos da chefia do Conselho Econômico Superior alguns “comunistas de esquerda”. Além disso, são implementadas medidas de reforço da autoridade empresarial e o restabelecimento da disciplina no trabalho (BRINTON, 1975). Fica claro que a presença de supostos esquerdistas no aparato estatal nada altera para o avanço da revolução proletária, o que é necessário é a generalização da autogestão e abolição do estado.

A partir de então, até 1921, ocorrerá uma intensificação cada vez maior da burocratização em todas as esferas sociais: nas fábricas, no partido, no estado, etc. Já em Abril de 1918, antes mesmo da proibição das tendências políticas internas no partido, há a proibição da publicação do jornal *Kommunist* encabeçada por Bukharin, Radek e Osinsky que criticava as medidas tomadas e proclamava a necessidade de voltar-se novamente para o poder dos trabalhadores. Nos meses seguintes, as principais áreas do partido, até então dominadas por indivíduos favoráveis a maior participação proletária

foram sendo trocadas por membros mais favoráveis ao comitê central e a Lênin. Cabe ressaltar que o mesmo Comitê Central, acatando ordem de Lênin, defenderá em seguida o taylorismo e a administração unipessoal das empresas (BRINTON, 1975). Fica num passado distante sua defesa dos comitês e dos sovietses...

As principais lutas políticas, no que tange às relações de produção, duram até o mês de junho de 1918. Após isso, com o “comunismo de guerra” o processo de burocratização se acelera cada vez mais. Os resquícios da luta mais radical vão se expressar após a guerra civil. Há a formação da Oposição Operária, que ficará limitada ao debate das liberdades sindicais que também começaram a se perder com a burocratização, porém essa tendência será proibida. Já rebelião de Kronstadt (1921) exigirá o retorno de maiores liberdades entre os sovietses e comitês, os velhos lemas de outubro. Bolcheviques da velha guarda formaram a rebelião, e foram brutalmente reprimidos. Cabe destaque também para a revolução que ocorreu na Ucrânia, tendo como principal referencial Nestor Makhno. Lá houve a tomada das fábricas e das terras pelas classes exploradas, e com isso iniciou-se o estabelecimento de trocas livres entre produtores rurais e urbanos. Quando a cidade camponesa de Giulia-Pole enviou vários vagões de trigo à Moscou, aguardando tecidos de volta, os delegados bolcheviques detiveram o transporte, enviando-o para o centro de aprovisionamento de Alexandrovská, alegando que não havia licença para isso. Giulia-Pole emite um protesto severo de crítica às “inúteis autoridades” (TRAGTENBERG, 2007). Era o estado bolchevique lutando contra a autogestão!

Na Ucrânia também houve a formação de uma milícia popular que foi capaz de combater a reação, e em alguns casos sozinha. Essa organização era autogerida, horizontal, diferente da hierarquia burocrática dos bolcheviques. Algumas alianças foram estabelecidas com o partido bolchevique, na luta contra a contrarrevolução, para deter o exército do Rada (monarquistas) e das tropas do general Denekin. Mas no final, os revolucionários foram sorrateiramente executados pelo partido de Lênin, após uma batalha travada sozinha pelos ucranianos. Esse golpe contrariou os acordos feitos entre o partido e os revolucionários ucranianos. As relações do partido bolchevique com a revolução Ucraniana demonstra bem a contradição entre a perspectiva revolucionária do

proletariado, e a perspectiva burocrática do estado bolchevique. Deixar proliferar a revolução radical, fora do controle do partido, era uma ameaça ao poder de estado bolchevique. Para maiores detalhes da Revolução Ucraniana, o livro “A Revolução Russa” (TRAGTENBERG, 2007) é bastante elucidativo. Com derrota do movimento revolucionário, haverá então o triunfo do capitalismo de estado na Rússia. Isto fica claro com a persistência da relação de dominação na produção, e com isso a existência de mais-valor, mercadoria e do salário:

Na URSS, os trabalhadores estão separados dos meios de produção e só possuem a sua força de trabalho como mercadoria para vendê-la ao capital. Entretanto, assim como no capitalismo privado, eles só recebem, em forma de salário, o necessário para sua reprodução enquanto força de trabalho e produzem um excedente que é apropriado pelo capital, a mais valia. Como se vê, o fundamental das relações de produção capitalista está presente na URSS. Contudo, existem algumas diferenças. No capitalismo privado predomina a propriedade privada individual e no Capitalismo de Estado predomina a propriedade privada de uma classe que a gera coletivamente através do Estado. Esta diferença, por sua vez, cria outras diferenças, mas que não colocam em questão o caráter capitalistas das relações de produção nas URSS (VIANA, 2015).

CONCLUSÃO

Assim podemos afirmar que houve na Rússia uma revolução. Mas esta revolução foi parcial. Parcial porque a classe proletária não conseguiu generalizar a gestão das fábricas e criar seus próprios mecanismos de gestão locais e nacionais, apesar das tentativas para isso. Os avanços e recuos que ocorreram, foram determinados tanto pela dificuldade de avanço da classe como um todo, e também por um constante esforço do partido bolchevique para isso. A crescente burocratização das relações sociais culminará num regime totalitário ainda mais repressor, liderado por Stálin. Este, por sua vez, não cai de paraquedas. Desenvolve-se num contexto de um partido burocraticamente organizado, de forma que o comitê central obterá poderes ainda maiores até 1921.

Repressões, censura, proibições, etc. são elementos que já se formam durante o período de Lênin. Assim, tendo em vista todo o desenvolvimento do processo Russo, conseguimos identificar o partido bolchevique como um órgão burocrático com interesses específicos de conquista do poder de estado e agente da contrarrevolução. Esta burocracia, porém, para chegar a classe dominante, deve usar-se da luta da classe

proletária como trampolim para derrubada do regime capitalista, e imediatamente depois, estabelece uma luta de vida e morte pela instauração do seu regime. Os discursos e práticas radicalizadas de outubro apenas confirmam a estratégia jacobina, diante da efervescência revolucionária. Como classe ainda não dominante, ela se apresenta como representante do proletariado e do campesinato. Conforme a Ideologia Alemã de Marx:

Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. A classe revolucionária, por já se defrontar desde o início com uma classe, surge não como classe, mas sim como representante de toda a sociedade; ela aparece como a massa inteira da sociedade diante da única classe dominante. Ela pode fazer isso porque no início seu interesse realmente ainda coincide com o interesse coletivo de todas as demais classes não dominantes e porque, sob a pressão das condições até então existentes, seu interesse ainda não pôde se desenvolver como interesse particular de uma classe particular (MARX e ENGELS, 2007, p.48-49).

Lênin defende quase todas as pautas e interesses imediatos da classe proletária, mas deixa claro em seus escritos que o controle operário será restrito a mera contabilidade, a uma mera participação na sociedade futura. Ou seja, tem-se o discurso radical em uma determinada etapa do processo revolucionário; passado o período de derrubada da burguesia, inicia-se a contrarrevolução pela burocracia, e as ideias usadas durante o calor revolucionário são substituídas pela defesa do novo estado. Os comitês de fábrica e seu controle operário que eram defendidos como “única salvação para a guerra” antes de outubro, se tornam, para Lênin, incapazes após a tomada do poder, tendo que substituí-los pelos sindicatos regulados pelo estado bolchevique.

A perversidade dessa ideologia se apresenta justamente na medida como encanta revolucionários sinceros com seus discursos, e como se aproxima, aparentemente, da própria classe proletária. Passado quase 100 anos dessa experiência, esta ilusão ainda permanece no seio de organizações operárias e nos meios de esquerda.

Não se trata de tomar partido deste ou daquele indivíduo como ocorrem em muitos debates. Seja Trotsky, seja Lênin, seja Alexandra Kollontai na Oposição Operária. Toda discussão neste sentido é estéril em si mesma.

Trata-se de analisar a totalidade do processo revolucionário, e disso extrair o equívoco que foi a luta comunista deixar de pautar-se pela construção do domínio proletário nas fábricas sem intermediários, pela autogestão generalizada e centrar-se na organização de estruturas burocráticas, como os partidos bolcheviques, que reproduzem em seu seio as relações de dirigentes e dirigidos, protótipo da nova sociedade de classes. O regime de acumulação integral (VIANA, 2009) que emergiu na década de 80, marcado pelo toyotismo, estado neoliberal e o neoimperialismo encontra problemas de reprodução. Vemos o acirramento das lutas de classes ressurgir em todo mundo. E novamente, a burocracia bolchevique começa a se apresentar no palco político, devido ao seu discurso pseudorradical. Na Grécia, o KKE organiza grandes manifestações contra a austeridade e passa a ser referência política para muitos. Temos assim a retomada da ideologia bolchevique. E assim, caso se abra um novo período de revoluções, esta ideologia novamente põe em perigo o destino da humanidade, como empecilho para a emancipação radical. Daí a justificativa deste texto e de uma crítica radical ao papel desempenhado pelo partido bolchevique na revolução russa. A luta contra o capitalismo passará pela luta contra o bolchevismo. O século 20I coloca como problema fundamental a defesa radical da autogestão das lutas, da autonomia da classe e da autogestão social como meio e fim do comunismo.

Referências

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

FERRO, Marc. *A revolução russa de 1917*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

KORSCH, K. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LÊNIN, Vladimir. Relatório Sobre a Revolução de 1905. Moscovo: Éditions du Progrès, 1974. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/01/22.htm> acessado em 28/07/2015

LÊNIN, Vladimir. Conservarão os Bolcheviques o Poder de Estado? Lisboa: Edições avante! 1977b disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/10/14.htm> acessado em 28/07/2015

LÖWY, Michael. Leon Trotsky, profeta da Revolução de Outubro. *Revista Outubro*, 1999. Disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_05.pdf acessado em 28/07/2015

LUXEMBURGO, Rosa. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAIA, Andreas. A revolução de fevereiro de 1917. Disponível em <http://www.marxismo.org.br/content/revolucao-de-fevereiro-de-1917> acessado em 28/07/2015

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *O Capital* v. 1-3. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *A Guerra Civil na França*. 2ª ed., São Paulo: Global, 1986.

MARX, K. Discurso no Aniversário de "The People's Paper". Moscovo: Progresso Lisboa, 1982. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1856/04/14.htm> acessado em 27/07/2015

TROTSKY, L. *A Revolução de 1905*. São Paulo: Global, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

VIANA, Nildo. *A revolução Russa de 1905*. Florianópolis, *Em Debate*, Rev. Dig. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2010n4p42> acessado em 28/07/2015.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. O capitalismo de estado na URSS. Disponível em <http://odialetrico.xpg.uol.com.br/Membros/nildo/capitalestado.htm> acessado em 28/07/2015

RESUMO

Uma análise do processo revolucionário da Rússia, tanto de 1905 como de 1917. A partir do marxismo, o texto demonstra a classe proletária como sujeito revolucionário que, na luta contra o capital e o estado, cria os fundamentos da autogestão social através dos sovietes e comitês de fábrica. A partir disso, analisamos o papel exercido pelo partido bolchevique, seus interesses de poder e seu papel na desarticulação dos organismos proletários e na criação de um estado sob seu controle.

Palavra-Chave: Revolução Russa, Proletariado, Bolchevismo

ABSTRACT

An analysis of the revolutionary process in Russia, both 1905 and 1917. From the Marxism, the text demonstrates the working class as a revolutionary subject that in the struggle against capital and the state, creates the foundations of social self-management by the Soviets and factory committees. From this, we analyze the role played by the Bolshevik Party, its power interests and its role in dismantling the proletarian organizations and the creation of a state under their control.

Key-Words: Revolution, Working Class, Bolchevism.